



# COMPROMISSO DO EMPRESÁRIO COM O BRASIL DO AMANHÃ

Amaury Temporal

*Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Palestra proferida para a turma Pedro II da Escola Superior de Guerra (1973) em novembro de 1980.*

**P**retendo, ao focar a responsabilidade das elites e do estamento empresarial em particular, realçar a importância do momento que vivemos, marcado e condicionado por rápidas e profundas mutações, a níveis nacional e internacional.

O empresariado, incluído na qualificação de elite estratégica, pertence ainda ao "power order" das elites de uma sociedade-poder etimologicamente definido como capacidade de realizar.

O II Congresso das Associações Comerciais recém-realizado, demonstrou de forma cabal, que o empresariado brasileiro é um estamento consciente e coeso, com plataforma política comum, com lideranças reconhecidas e capacidade de aglutinamento, aumentando assim sua responsabilidade na participação do processo decisório e por via de consequência, na construção do Brasil no futuro.

Todo este alinhamento de idéias é válido a partir da premissa de normalização democrática — como diria Bergson "nenhuma criatura se sente obrigada se não for livre."

## O BRASIL DE 1980: PROBLEMAS INTERDEPENDENTES

Com maior ou menor intensidade as elites brasileiras se dão conta do formidável problema que o Governo e a Sociedade brasileira enfrentam, definidos no pentalema de Roberto Campos:

- 1 — Balanço de Pagamentos
- 2 — Desenvolvimento/Emprego
- 3 — Estabilidade Política
- 4 — Inflação
- 5 — Justiça Social

Convivemos com uma verdadeira cacofonia de apreciações em torno destes temas e os meios de comunicação se esmeram em apresentar novas facetas e as

previsões de velhos oráculos. A grande maioria dos observadores, inclusive os estrangeiros, carrega nas tintas do pessimismo, quando não escorrega para a sinistrose desvairada. Deixamos pois de qualificá-los ou quantificá-los, entendendo que já são sobejamente conhecidos.

Para evitar polêmica estéril, utilizamos critério de ordenação alfabético dos problemas que deveremos enfrentar, salientando desta forma sua interdependência.

É imprescindível entretanto que a abordagem de nossos problemas econômicos, estruturais e conjunturais, seja feita à luz de doutrina coerente e harmônica, pois o pragmatismo erigido em doutrina orientadora da ação Governamental é inaceitável. Trata-se de reinstaurar a economia de mercado no país, como opção fundamental de uma sociedade politicamente aberta, incompatível com a economia estatizada e centralizada.

O assunto é tratado exaustivamente no documento "A Empresa e a Economia", aprovado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil.

## O MUNDO EM 1980 — CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL

### Mutações Aceleradas

Ao ganharmos uma perspectiva histórica sobre os tempos que vivemos é razoável esperar que a característica mais pronunciada, a ser apontada pelos historiadores do futuro, será a constatação que vivemos na interface da história em que a velocidade das mutações ultrapassou a capacidade de absorção do homem médio.

Proudhon disse que "a história da civilização é uma seqüência de reformas".

O que temos de inusitado é tão somente a velocidade do fenômeno, acelerado pelo extraordinário desenvolvimento da cultura e da comunicação de massa.

Vivemos na era da educação contínua, em que os conhecimentos dos recém formados já entraram em obsolescência; da indústria em permanente corrida para se adaptar às mudanças tecnológicas; dos economistas tentando explicar a ruína das teorias econômicas; onde a estrutura financeira criada em Bretton Woods demonstra arteriosclerose avançada; onde o processo gerencial, sem ordenadas ou pontos de referência, passa a ter mais afinidade com os jogos de azar que com as ciências administrativas.

### Desníveis Interregionais

As enormes disparidades de desenvolvimento a nível mundial têm sido tratadas sob o critério de divisão NORTE-SUL, o "norte" incluindo os países industrializados ao sul do Equador: Austrália e Nova Zelândia.

O Norte abrange a quarta parte da população do mundo e quatro quintos de sua renda, abriga 90 por cento da indústria e consome mais de 90 por cento da energia mundial.

É chegado o momento de entendermos claramente que a divisão de trabalho imposta e estruturada em tempos coloniais não pode ser cimentada.

Impõe-se a reordenação internacional do trabalho, que interessa de sobremaneira aos países industrializados, na medida que proporcionará a expansão dos mercados nos países em desenvolvimento.

Reestruturação é um processo contínuo das economias eficientes, na busca de maior produtividade e aumento da competitividade relativa. Esta reestrutu-

ração deverá resultar na transferência para os países em desenvolvimento das atividades ligadas à produção de aço, navios, calçados, artigos de couro, têxteis e confecções.

### Estrutura Financeira Inadequada

Uma ordem financeira internacional estável e confiável é pré-requisito para o desenvolvimento do comércio. A estrutura financeira existente, constituída pelo acordo de Bretton Woods em 1944, tendo como centro o Fundo Monetário Internacional começou a mostrar sinais de fadiga no início da década de 70, principalmente porque não incentivava a reciclagem dos excedentes dos balanços de pagamentos.

Urge uma reforma de base, afetando conversibilidade, processos de ajustamento e mecanismos de compensação e reserva.

A reciclagem dos enormes superávits da OPEP, estimados em 118 bilhões de dólares em 1980 e 80 bilhões em 1981, representam um inquietante desafio para um sistema claramente inadequado para as atuais condições do intercâmbio internacional.

### Inflação com Recessão: "Stagflation"

Os países membros da OCDE tiveram um crescimento econômico da ordem de 4% em 1978, de 3,4% em 1979 e em 1980 não deve ultrapassar 1%. A Alemanha, "locomotiva" eficiente dos países industrializados, deve fechar o ano de 80 com um crescimento de 0,2%, uma inflação de 5% e 1,5 milhões de desempregados.

O mundo atravessa um período de ajustamento ao fim da era de energia abundante e barata, ajustamento brusco

e doloroso, que implica numa redução do bem estar mundial.

### Energia

Em que pesem as atuais dificuldades no suprimento e custo do petróleo o mundo como um todo tem amplo estoque de energia: as reservas carboníferas e de xisto dos E.U.A. são suficientes para três séculos, ao ritmo de consumo de energia total atual (90 Quads).

O problema reside no fato destas reservas e potencial não estarem atribuídas segundo o consumo de cada região. Esta constatação permite-nos concluir que a nova divisão internacional do trabalho incluirá a exportação de energia como componente de produtos industrializados, como mecanismo mais eficiente de ajustar o suprimento/demanda.

O Japão, que importa 88 por cento da energia que consome, tem no petróleo a fonte de 75 por cento do seu balanço energético, contra 41 por cento no Brasil. Quanto ao petróleo, sua dependência externa é total: 99,7%, contra cerca de 80% do Brasil. E justamente o país mais vulnerável à crise do petróleo é exatamente o que melhor assimilou o problema.

A crise de energia, a nível internacional, é assim uma crise de adaptação e reforma.

### POSSÍVEIS SOLUÇÕES A NÍVEL INTERNACIONAL

#### Adaptação às Mutações

A enunciação dos mais prementes problemas internacionais indicam a necessidade de reformas profundas que constituem um desafio a todas as nações. Como desafio pode ser decomposto em

*perigo*, acompanhado de *oportunidade*, devemos, sem ignorar e evitando o perigo, aproveitar as oportunidades criadas pelo novo ritmo da dinâmica das mudanças.

Trata-se de optar por um compromisso com o futuro, assumindo atitude positiva e esclarecida. A alternativa é ser atropelado pela história.

A responsabilidade maior no processo cabe às elites de cada nação e em especial de suas lideranças políticas.

### Desenvolvimento do Terceiro Mundo

Devemos reconhecer que as necessidades humanas devem ser atendidas pelos esforços produtivos de uma sociedade organizada para este fim. Crescimento zero significa congelamento de injustiças e discrepâncias; o comprometimento de aspirações e expectativas; a subutilização do potencial humano; a fossilização da sociedade.

Necessitamos não somente de novas soluções, mas de lideranças inspiradoras, que as tornem realidades.

É necessário investir na valorização do capital humano do Terceiro Mundo, eliminar seus problemas crônicos de subnutrição, saúde, educação e habitação para que possamos utilizar sua capacidade produtiva.

Mais do que uma proposta de cunho ético, é uma visão de eminente bom senso econômico. Trata-se de elevar 3 bilhões de seres humanos à condição de parceiros econômicos.

O desenvolvimento da capacidade de troca dos países em desenvolvimento pode significar a necessária alavancagem para uma nova fase de desenvolvimento a nível mundial.

A atual fase do "milagre japonês" é um exemplo típico das vantagens de

adaptação às mudanças. Podemos destacar as seguintes características:

- Reciclagem da indústria no sentido de artigos de menos conteúdo de energia e maior "input" tecnológico. Ex. Siderurgia.
- Exportação de indústrias. No ano fiscal encerrado em março de 1980 mais de 350 empresas japonesas investiram 5 bilhões de dólares em instalações no exterior, 20% nos E.U.A. e 8% no Brasil.
- Investimento em mineração e agricultura no exterior.

### Renovação da Estrutura Financeira

A reforma do sistema monetário internacional deve compreender, primordialmente, melhoras no Sistema de reservas, nos processos de ajustamento dos balanços de pagamentos e a reestruturação do manejo geral do sistema financeiro, no qual deve ser permitida a participação de toda a comunidade mundial.

Torna-se premente chegar a um acordo sobre um processo de ajustamento que não aumente as pressões contracionistas na economia mundial, principalmente aquelas relacionadas aos países em desenvolvimento nos quais existe a necessidade básica de manter o desenvolvimento econômico e social por longo prazo.

Cabe ao FMI melhorar e ampliar consideravelmente o raio de ação do Sistema de Financiamento Compensatório, ampliando os limites das cotas e concedendo maior flexibilidade aos pagamentos, considerando que diversos países se defrontam com inúmeras pressões

sobre seus balanços de pagamentos, que escapam ao alcance de controle desses países.

Os países superavitários devem aceitar maiores responsabilidades, assim como é necessário aumentar a participação dos países em desenvolvimento na administração e, conseqüentemente, nas tomadas de decisão do FMI.

### **Inflação/Recessão**

Para salientarmos a divergência no debate sobre o tratamento adequado da inflação, exemplificamos com a visão oposta de dois ilustres economistas americanos, ambos chamados Friedman. Enquanto Milton Friedman recomenda a redução da demanda, via instrumentos monetários, Irvig Friedman, precursor da "economia da oferta", insiste que o caminho ideal para acabar totalmente com a inflação é estimular a economia, isto é, aumentar a produção e em decorrência, o consumo.

Sendo a inflação essencialmente um desbalançamento entre a oferta e procura, não há uma receita universal para corrigir o problema, mas soluções específicas, não só adaptadas à realidade econômica de cada país, mas que leve em conta sua estrutura política, social e institucional.

Temos visto inúmeros e recentes exemplos em que a recessão não só não curou a inflação, mas resultou na mais indesejável das situações — a estagflação (inflação com estagnação do crescimento econômico).

Torna-se cada vez mais difícil usar a recessão como arma no combate a inflação, pois mesmo que tecnicamente correta, é politicamente inaceitável, dado seu corolário inexorável de desemprego e padrões de vida mais baixos.

### **Energia**

Possivelmente o que de mais significativo podemos acrescentar aos estudos do problema da energia diz respeito à solidariedade de preços. Estudos recentes (J. Schnittker-EUA) indicam que o preço de produtos agrícolas transformados em álcool ultrapassarão seu valor como alimento por volta de 1985. Desta forma, o preço do petróleo começará a servir de base para os cereais convertíveis em álcool e, por solidariedade, aos demais alimentos.

O significado desta constatação para os países com abundância de fatores de produção agrícola não pode ser subestimado.

Se por um lado a acelerada elevação dos preços do petróleo trouxe um sem número de problemas, em especial para os países em desenvolvimento, o mundo foi alertado com suficiente tempo para o caráter finito de suas reservas, permitindo as mudanças necessárias das matrizes energéticas, a níveis nacional e regional. Cada mudança de base energética no passado, da madeira para o carvão e do carvão para o petróleo, foi acompanhada de um desenvolvimento generalizado. Não temos razões para crer que o processo não se repetirá.

### **POSSÍVEIS CAMINHOS PARA O BRASIL**

#### **Modelo Econômico Coerente e Harmônico**

Creio que poderemos fazer uma abordagem do problema da organização político-econômica do Brasil sob um enfoque enológico.

O modelo econômico brasileiro sofre do mesmo mal que os hábitos brasileiros

relacionados ao vinho. Sem saber se servimos tinto ou branco, adotamos o "vinho universal", o malinado rosé, praga nacional, vinho bastardo que não tendo corpo e "bouquet" do tinto, nem o charme discreto do branco, é servido indistintamente do sutil linguado ao assado mais atuante. Em troca de uma bela cor, abdicamos do que há de mais importante no vinho — a possibilidade de um casamento harmonioso com a comida. É o pragmatismo à "outrance".

Na economia convivemos com um modelo, ou falta de modelo, que mistura o tinto e o branco para obter um rosé duvidoso e indigesto. O animal resultante tem cabeça estatizante, braços de economia de mercado e barriga socialista. Sua coordenação motora é errática e seus reflexos enferrujados e só agora a sociedade percebe com clareza a natureza de suas contradições.

O documento "A Empresa e a Economia", elaborado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil, defende um modelo abrangente, coerente e harmônico.

Permito-me citar o jornal "O Estado de São Paulo", no seu editorial "O Empresariado Toma Posição", de 23 de novembro de 1980: "O que defendem não é bem a economia de mercado, mas a economia social de mercado, forma moderna assumida hoje pelo liberalismo nos países desenvolvidos e democráticos e a única capaz de conciliar os interesses dos empresários com os dos empregados e desses dois segmentos com o imenso setor dos consumidores, únicos juízes da eficiência, qualidade e confiabilidade dos produtos colocados no mercado."

### Balanco de Pagamentos

Os próximos 5 anos provavelmente serão extremamente difíceis em termos

de balanço de pagamentos, mas mesmo os observadores estrangeiros consideram as nossas perspectivas como excelentes, após 1985.

A despeito de ter-se elevado nos últimos seis anos, a participação da renda líquida enviada ao exterior — incluindo juros sobre o endividamento externo, lucros, royalties e outras rendas de fatores — ainda beira os três por cento do PIB brasileiro, bem abaixo da contribuição desses fatores externos para a geração do próprio produto interno bruto brasileiro.

Podemos alinhar os seguintes mecanismos acionáveis para solução do problema de balanço de pagamentos:

#### Medidas de curto prazo:

- Crescimento da posição de reservas internacionais, através de transferência de recursos reais para investimento.
- Redução do fluxo de desembolso programado.

#### Medidas de médio e longo prazo:

- oferta doméstica de combustíveis alternativos ao petróleo.
- aumento da exportação de mercadorias e serviços.

Parece-me importante alertar para o fato que a redução das importações, além do limite atual, é indesejável pois nos conduziria a uma ineficiente auto-suficiência.

### Desenvolvimento

O desenvolvimento está diretamente ligado ao investimento e por via de consequência, a poupança nacional, é pois com preocupação que notamos o declínio da taxa de investimentos líquidos ou taxa de poupança do país de 20,5% do

PIB em 1975 para 17,6% do PIB, em 1978 e 17,0% em 1979.

A tendência de queda dos investimentos, é, portanto, anterior às medidas de pré-fixação da correção monetária, que certamente terão efeito negativo na taxa referente a 1980.

O problema do financiamento do desenvolvimento brasileiro avulta portanto como de primordial importância. É nosso entendimento que um ajustamento gradual da economia não pode prescindir do financiamento externo, com recursos não inflacionários, via capital de risco.

A forma de participação do capital estrangeiro via "joint-ventures" nos parece particularmente adequada, tendo em vista a possibilidade de transferência e absorção de tecnologia e capacidade gerencial. As pequenas e médias empresas poderão ter um papel destacado neste programa.

## Emprego

Em que pese a queda do índice demográfico desde o censo de 1970, a necessidade de geração de empregos na década de 80 é resultante da taxa de natalidade da década de 60, que beirava os 3%, determinando a necessidade de cerca de 15 milhões de novos empregos na década, para atender o incremento da população economicamente ativa.

Resta ainda o problema da redução do nível de desemprego, estimado em 7% e do subemprego, evidenciado pelos 5 milhões de trabalhadores que recebem menos de 1 salário mínimo, segundo o último PNAD.

Considerando que a criação de empregos ao ritmo de 1,5 milhão ao ano exigirá níveis de poupança da ordem de 25% do PIB, e que níveis próximos a este só

foram atingidos com a participação relevante de poupança externa, concluímos pela importância de seu papel no financiamento do desenvolvimento brasileiro.

## Inflação

Temos defendido um tratamento da inflação brasileira baseado no bom senso e na análise objetiva das razões dos aumentos de preço.

Diante da dicotomia "cost push" versus "demand pull" mais vale restabelecer os controles da economia de mercado ao invés de instituímos controles que não funcionam, e alimentar uma burocracia ineficiente e hipertrófica.

É com satisfação que verificamos que há um consenso nacional contra a recessão, pelo reconhecimento de que a resultante é a redução dos salários dos trabalhadores, a fome, a miséria, a criminalidade crescente e, possivelmente a instabilidade política.

## Justiça Social

Do documento "A Empresa e o Contexto Social", aprovado no II Congresso das Associações Comerciais do Brasil:

"Fundamentalmente concluímos que a solução básica do problema social reside na efetiva igualdade de oportunidades dentro de uma economia de desenvolvimento.

Soluções de caráter paternalista não só não resolvem o problema, como tendem a agravá-lo pela introdução de distorções e efeitos colaterais indesejáveis.

Nossos estudos indicam a importância da atuação consciente da sociedade para garantir a desejada igualdade de oportunidade. Neste sentido a intervenção do Estado é necessária, na gestão de programas almejados pela sociedade,

para superar os problemas apontados, dentro de um cronograma viável.

O atendimento às necessidades básicas da população brasileira, nas áreas de emprego, assistência médica, alimentação e habitação até o final do século não é fundamentalmente um problema econômico ou financeiro, mas uma questão de vontade política”.

Podemos alinhar alguns indicadores da extensão de nosso problema social:

Emprego:

34% ganhavam menos de 1 salário mínimo;

24,5% ganhavam de 1 a 2 salários mínimos;

10,1% ganhavam de 2 a 3 salários mínimos.

(PNAD 1977)

Educação:

7 milhões de crianças sem escola.

Alimentação:

Somente 42% dos brasileiros atingem seu peso normal. Cerca de 45% das famílias brasileiras recebem menos de 2 salários mínimos (renda familiar) insuficiente para uma alimentação adequada.

Saúde:

Endemias e doenças de massa

Verminose: 60 milhões de infestados;

Doença de Chagas: 20 milhões de infestados.

Habitação:

Deficit habitacional de 5,5 milhões de unidades.

São problemas com os quais não estamos condenados a conviver, não é moralmente defensável procrastinar sua solução, nem ao menos economicamente rentável.

## A ELIMINAÇÃO DA MISÉRIA É O EQUIVALENTE MODERNO DO FIM DA ESCRAVATURA

### Modelo Político

Como diria o personagem de Glauber Rocha em “A Terra em Transe” — a solução é política. Em recente declaração, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, em oportuna síntese, afirmou que a solução dos problemas brasileiros resume-se na competência política.

Podemos citar do documento “A Empresa e o Contexto Social”, tal como aprovado no II Congresso das Associações Comerciais: “O fortalecimento da representação política das bases sociais é pré-condição de uma legislação ajustada às características da Nação”, e ainda: “Não há projeto social que possa prescindir de pré-condições de ordem política. Consideram indispensável que a ordem política se esteie, não no paternalismo ou nos esquemas impostos de cima para baixo na pirâmide social, mas sim em estruturas que aperfeiçoem e garantam o processo de formação de vontade política da Nação, a partir dos cidadãos individualmente considerados”.

A democracia é um esquema de convívio social que inclui uma parcela de autoridade, decorrente da gestão de programa e consecução de metas desejadas pela sociedade.

Impõe-se portanto a clara manifestação das aspirações da sociedade. Como disse o Vice-Presidente Aureliano Chaves: “não basta ao Governo encontrar os melhores caminhos; é preciso que o povo os deseje”.

É perfeitamente compreensível que, os setores mais dinâmicos da sociedade

tenham utilizado do solo fértil de liberdade, criado pela abertura política, para plantar e cultivar idéias que se consubstanciam em um "Projeto Social", catalizador de um "Pacto Social" que possa

engajar a participação consciente da sociedade como um todo.

E a participação é a única via que leva a sociedade a assumir voluntariamente responsabilidades estabilizadoras.